



## Agricultura Familiar e Associativismo: Avanços e Desafios na Associação Comunitária do Povoado Quilombo, Lagarto- SE

Verônica Batista Ribeiro Reis<sup>1</sup>, Jair Costa dos Santos Júnior<sup>1</sup>, Nathan Josué Oliveira Nascimento<sup>1</sup>, Thiago José Alves de Amorim<sup>1</sup>, Carlos Allan Pereira dos Santos<sup>1</sup>

**RESUMO:** O estudo analisou o papel do associativismo na comunidade rural de Quilombo, Lagarto/SE, destacando os benefícios e fatores que reduziram a participação dos agricultores familiares. Desde 1998, a Associação Comunitária tem ajudado no desenvolvimento local com recursos e capacitações técnicas para pequenos agricultores. Nos primeiros dez anos, houve um expressivo crescimento da associação através de patrimônios adquiridos como um trator agrícola e uma casa de farinha. No entanto, apenas 23 dos 141 sócios permanecem ativos atualmente; as causas incluem envelhecimento populacional, desinteresse juvenil pela agricultura e falta de apoio político às associações. A descontinuidade em projetos estruturantes exemplifica desafios à sustentabilidade das iniciativas associativas. Apesar disso, o associativismo é visto como essencial para a integração econômica comunitária, mas requer maior incentivo político-articulado para sua revitalização sustentável no fortalecimento aos pequenos produtores locais.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento comunitário, participação social, sustentabilidade rural.

## Family Farming and Associativism: Advances and Challenges in the Community Association of Quilombo Village, Lagarto - SE

**ABSTRACT:** The study analyzed the role of associativism in the rural community of Quilombo, Lagarto/SE, highlighting the benefits and factors that have reduced the participation of family farmers. Since 1998, the Community Association has helped local development with resources and technical training for small farmers. In the first ten years, the association grew significantly through the acquisition of assets such as an agricultural tractor and a flour mill. However, only 23 of the 141 members remain active today; the causes include an ageing population, a lack of interest among young people in agriculture and a lack of political support for the associations. Discontinuity in structuring projects exemplifies challenges to the sustainability of associative initiatives. Despite this, associativism is seen as essential for community economic integration, but requires greater political and articulated encouragement for its sustainable revitalization in order to strengthen small local producers.

**Keywords:** Community development, social participation, rural sustainability.

## INTRODUÇÃO

A agricultura familiar constitui um setor de destacada importância para o Brasil, abrangendo múltiplas dimensões, tais como as sociais, econômicas, culturais e políticas. Um estágio crucial no processo de organização dos agricultores familiares ocorre por meio da formação de associações. Estas entidades desempenham um papel fundamental não apenas na estruturação desta categoria, mas também na preservação cultural das comunidades locais.

Associações bem-sucedidas geralmente prosperam com uma forte colaboração entre os membros. O envolvimento da comunidade promove um ambiente favorável em que os integrantes podem compartilhar recursos, conhecimentos e habilidades. Essa colaboração é essencial para superar desafios e alcançar objetivos comuns. Em associações focadas

no impacto social, capacitar os beneficiários por meio do envolvimento ativo é fundamental. Quando os membros da comunidade se sentem empoderados, há maior probabilidade de tomarem iniciativas e contribuir para os objetivos da associação. Esse empoderamento pode levar a soluções inovadoras e tornar mais forte sua voz coletiva na defesa de suas necessidades (CONEJERO et al., 2020).

As associações permitem que os pequenos agricultores se organizem coletivamente, o que os ajuda a superar as imperfeições do mercado. Trabalhando juntos, eles podem aumentar seu poder de barganha ao comprar insumos e vender produtos, levando a melhores resultados econômicos para suas operações. As associações também podem servir como uma plataforma para defender políticas públicas que apoiem a agricultura familiar. Ao

representar seus interesses, elas conseguem influenciar decisões políticas que afetam seus meios de subsistência e promover práticas agrícolas sustentáveis (RAMOS, VIEIRA FILHO, 2023).

Segundo Sangalli et al. (2015), o associativismo desempenha um papel crucial ao estabelecer um ambiente flexível, viabilizado pela interação colaborativa entre os diversos atores envolvidos. Essa colaboração permite a expressão de diferentes perspectivas com o objetivo de alcançar, de maneira harmoniosa, uma convergência em relação aos interesses coletivos subjacentes no desenvolvimento do produto ou da iniciativa comum.

Carmo e Comitre (2011) abordam a importância essencial de uma análise abrangente das políticas públicas. Eles ressaltam que tais políticas devem ser desenvolvidas em parceria com os produtores rurais para promover um ambiente mais interativo e colaborativo com esse segmento específico da sociedade. O objetivo é estabelecer sinergia entre o governo e os trabalhadores do campo, visando alcançar resultados aprimorados na implementação dessas estratégias governamentais.

Através do engajamento e colaboração proporcionados pelas associações, os pequenos produtores rurais conseguem promover várias melhorias significativas em sua atuação no mercado. Essas melhorias levam a um desempenho econômico mais eficaz e eficiente, tornando o associativismo uma ferramenta fundamental para garantir o fortalecimento das atividades agrícolas. Além disso, essa prática assegura condições propícias à continuidade da presença da população nas áreas rurais, permitindo que ele enfrente desafios econômicos com maior capacidade de resistência e adaptação às mudanças mercadológicas (SANGALLI et al., 2015).

Dessa forma, o associativismo busca contribuir de acordo com interesses homogêneos, promovendo resultados positivos econômicos, profissionais, técnicos e sociais (MARASCHIN, 2004), mitigando barreiras quanto ao progresso de atividades agrícolas e impulsionando o fortalecimento do sistema econômico (SANGALLI, et al., 2015). A associação também possibilita um sistema de beneficiamento para os associados, de forma que possam usufruir de maiores vantagens em relação aos não sócios, como acesso facilitado a recursos, capacitações técnicas, e oportunidades de mercado. Essa participação ativa garante melhores condições para enfrentar os desafios do setor.

O presente estudo teve como objetivo investigar os mecanismos relativos ao associativismo na comunidade do povoado Quilombo, município de Lagarto-SE, com foco em identificar os benefícios proporcionados pelas práticas associativas e compreender os fatores que explicam o número

reduzido de agricultores familiares envolvidos no associativismo local atualmente.

## MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa é classificada como aplicada, de acordo com Silva e Menezes (2005) este tipo de pesquisa tem como objetivo gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais. Quanto a abordagem é classificada como qualitativa. Para Gil (2021), a pesquisa qualitativa caracteriza-se por um estudo analítico, não necessariamente estatístico, cujo propósito é identificar e analisar com maior grau de profundidade dados e informações não mensuráveis, sentimentos, sensações, percepções, pensamentos, intenções, comportamentos passados, expectativas futuras, experiências, vivências.

O estudo foi desenvolvido no Povoado Quilombo município de Lagarto, situado na região centro-sul de Sergipe e faz divisa com o município de Simão Dias, além disso seu território faz divisa com mais três povoados da região de Lagarto (Carará, Rio fundo, Taperinha dos gatos).

Para alcançar o objetivo de investigar os mecanismos relacionados ao associativismo na comunidade do povoado Quilombo, foi adotada uma abordagem qualitativa, complementada por elementos quantitativos descritivos. Como técnica principal de coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os participantes, utilizando um roteiro composto por questões abertas e fechadas.

As questões abertas buscaram explorar as percepções dos entrevistados sobre os benefícios das práticas associativas e os fatores que influenciam a participação dos agricultores familiares no associativismo. Essas perguntas permitiram captar narrativas detalhadas e identificar aspectos subjetivos, como experiências pessoais, desafios enfrentados e expectativas em relação ao associativismo. Já as questões fechadas foram elaboradas para coletar dados objetivos, como o perfil socioeconômico dos participantes, frequência de participação nas atividades associativas e grau de conhecimento sobre as organizações locais.

Além das entrevistas, foi realizado um estudo para descrever as atividades agrícolas locais e o papel do associativismo na comunidade rural do povoado, abrangendo tanto sócios ativos quanto inativos. Nesse contexto, a associação local abriu espaço para pesquisas em seus registros pessoais, e uma visita foi realizada à sua sede no dia 15 de novembro de 2024. A elaboração do trabalho foi previamente autorizada pelo comitê que preside a associação, com consentimento formal para a utilização dos dados coletados com fins acadêmicos.

A aplicação das entrevistas foi conduzida de forma individual, respeitando o contexto e a disponibilidade dos participantes. As informações coletadas, juntamente com os dados obtidos na associação, foram organizadas e analisadas com base em categorias temáticas previamente definidas, mas abertas à emergência de novos elementos interpretativos durante o processo de análise. Essa estratégia permitiu compreender as dinâmicas locais do associativismo e os fatores que contribuem para a participação ou ausência dos agricultores familiares nas práticas associativas.

O trabalho em questão atendeu rigorosamente a todos os critérios e diretrizes éticas estabelecidas, tendo sido sujeito a uma análise minuciosa. Recebeu aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) vinculado ao Centro Universitário Ages, assegurando seu alinhamento com as normas acadêmicas exigidas para estudos dessa natureza. O Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE), associado a este processo, é 79393824.7.0000.8013, o que garante sua conformidade ética formalizada dentro dos padrões institucionais pertinentes.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

No total, foram entrevistadas 36 pessoas, sendo 23 sócios ativos e 13 sócios inativos, representando os principais perfis de participação na associação. A atual presidência da entidade disponibilizou o acesso aos acervos históricos e administrativos da associação, permitindo a pesquisa de informações básicas e detalhadas para a coleta de dados. Conforme os registros analisados, a associação foi fundada em 15 de maio de 1998 por Antônio José do Nascimento, com o registro inicial de 87 agricultores locais como sócios fundadores, refletindo um engajamento significativo da comunidade em seus primeiros anos de funcionamento.

A análise do perfil dos sócios ativos entrevistados revelou que todos os indivíduos pertencem originalmente ao próprio povoado, indicando uma forte relação de pertencimento e continuidade geracional dentro da comunidade. No que tange à organização familiar, observou-se que todos exercem a função de chefe de família, o que pode refletir em um maior grau de responsabilidade na tomada de decisões socioeconômicas e na gestão dos recursos familiares.

Em relação ao nível de escolaridade, os dados apontam para um cenário de baixa escolarização, com 13,04% dos entrevistados declarando-se analfabetos e a maioria expressiva (65,22%) não tendo concluído o ensino fundamental. Apenas 13,04% finalizaram essa etapa da educação básica, enquanto um percentual ainda menor (8,70%) conseguiu concluir o ensino médio. Esse panorama evidencia um déficit educacional significativo, que pode impactar diretamente as oportunidades de inclusão produtiva, o acesso a políticas públicas e a capacidade de adoção de novas tecnologias e práticas agrícolas sustentáveis.

A baixa escolaridade pode estar associada a diversos fatores estruturais e históricos, incluindo a precariedade da oferta educacional na zona rural, a necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho e a transmissão intergeracional de limitações no acesso à educação formal. Além disso, a ausência de níveis mais avançados de instrução pode comprometer a adoção de estratégias inovadoras e a diversificação das atividades produtivas, elementos fundamentais para a resiliência socioeconômica e ambiental em territórios tradicionalmente marginalizados.

Os dados históricos indicam que, entre 1998 e 2003, a associação alcançou um total de 121 sócios ativos, o que pode ser atribuído a um período de maior adesão e consolidação de suas atividades. No entanto, registros posteriores, referentes ao período de 2003 a 2024, apontam a associação de apenas 20 novos sócios, revelando uma desaceleração no ingresso de novos membros. Esse declínio pode estar relacionado a mudanças nas dinâmicas sociais, econômicas ou organizacionais da comunidade, aspectos que serão analisados no decorrer deste estudo.

Adicionalmente, a atual gestão observou que o número de sócios registrados ao longo de toda a história da associação chegou a 141 membros. Contudo, sabe-se que atualmente existem apenas 23 sócios ativos, enquanto 74 são considerados inativos. Entre os inativos, 9 se mudaram da região. Os demais 44 já são falecidos (Figura 1). Dessa forma, estima-se que, caso todos os sócios inativos fossem reativados, o quadro de sócios ativos poderia alcançar o número de 99 pessoas. Essa análise evidencia um potencial de reengajamento significativo, caso sejam implementadas estratégias eficazes de mobilização e recuperação dos vínculos associativos.

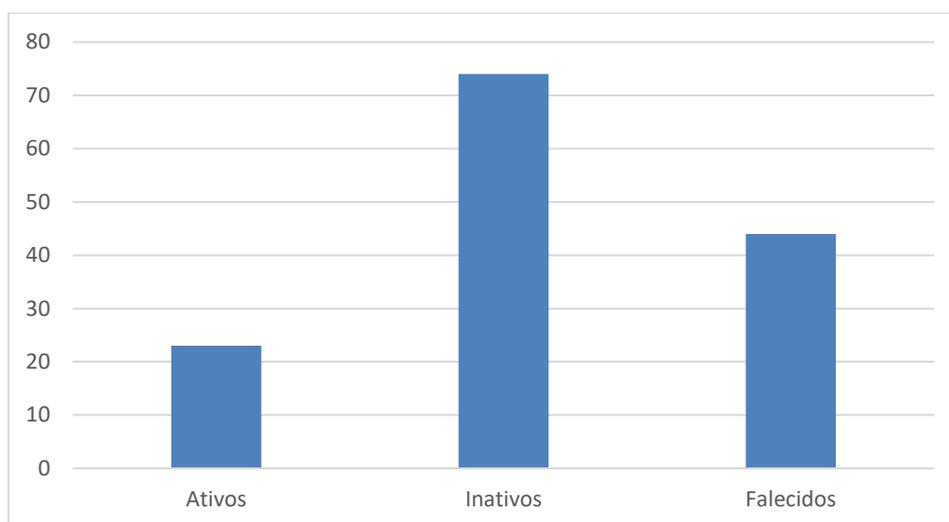


Figura 1 – Demonstração do número e situação dos associados em 2024.

O engajamento da comunidade desempenha um papel crucial na determinação do sucesso ou fracasso das associações, particularmente no contexto do agronegócio e das empresas sociais. Por outro lado, a falta de engajamento comunitário pode levar ao insucesso. Quando os membros se sentem desconectados ou não envolvidos, isso pode resultar em baixas taxas de participação, diminuição do moral e, por fim, no colapso da associação. O artigo destaca que muitas associações enfrentaram desafios devido à colaboração e apoio insuficientes entre seus membros como consequência desse desengajamento (CONEJERO et al., 2020).

Embora as associações sejam fundamentais para oferecer suporte significativo à agricultura familiar, elas também se deparam com uma série de desafios complexos. Entre os principais obstáculos estão a dificuldade em captar economias de escala eficientes e o baixo poder no mercado diante dos grandes concorrentes do setor agrícola. Além disso, enfrentam problemas relacionados à gestão interna das organizações, como a evasão frequente dos associados que buscam alternativas mais vantajosas. Outros problemas incluem questões ligadas ao uso livre dos recursos disponíveis e variações significativas na eficácia operativa causadas pelas diferenças regionais nas práticas agrícolas ou nos contextos econômicos locais (RAMOS, VIEIRA FILHO, 2023).

Os desafios enfrentados pelas associações agrícolas são numerosos e complexos, com um foco especial nos problemas relacionados à competitividade no setor. Muitas dessas organizações percebem uma fraca organização coletiva entre seus membros, o que dificulta a tomada de decisões estratégicas e limita seu crescimento sustentado ao longo do tempo. Além disso, há uma significativa dependência em relação às políticas públicas governamentais para obter suporte financeiro ou técnico necessário. Essa situação torna as associações

vulneráveis a mudanças inesperadas nas diretrizes estatais, afetando diretamente sua operação diária. O envolvimento ativo e a participação comprometida da comunidade são elementos essenciais que desempenham um papel fundamental para garantir o sucesso das associações (DALLABRIDA et al., 2018).

O êxito das associações agrícolas pode ser significativamente influenciado por diversos tipos de apoio externo, tais como a implementação de políticas públicas específicas e o oferecimento contínuo de assistência técnica qualificada. Por exemplo, contribuições fornecidas pelo governo ou organizações especializadas desempenham um papel crucial ao ajudar na promoção de um forte senso comunitário entre os agricultores envolvidos. Este sentimento coletivo é fundamental para construir associações eficazes que sejam duradouras e funcionem bem (DALLABRIDA et al., 2018).

Com base nas investigações realizadas dentro da comunidade, ficou evidente que aproximadamente 74% dos membros inativos eram compostos por jovens. Esses jovens demonstraram pouco ou nenhum interesse em retornar e participar das atividades oferecidas pela associação. Essa situação pode estar ligada ao aumento constante do movimento migratório desses indivíduos das regiões rurais para os grandes centros urbanos, onde procuram formação educacional de qualidade e oportunidades diversas para o desenvolvimento profissional futuro.

Existe uma tendência crescente entre os jovens das zonas rurais de migrarem para as cidades em busca de melhores oportunidades econômicas e sociais. Isso cria o risco real do abandono progressivo das terras agrícolas originais por seus habitantes nativos, promovendo uma transição cada vez mais frequente para propriedades maiores ou investindo na pecuária extensiva como modelo predominante no campo. Como consequência deste fenômeno migratório e da mudança estrutural nos padrões produtivos locais, há

ainda mais redução nas já limitadas oportunidades reais disponíveis aos trabalhadores nestas comunidades agrárias desassistidas pela expansão capitalista urbana contemporânea (DALMOLIN, 2014).

A migração dos jovens afeta diretamente a sucessão familiar na agricultura. Com menos novas gerações, muitas propriedades rurais enfrentam dificuldades em manter as atividades produtivas, levando à estagnação ou abandono da terra. O envelhecimento rural é uma consequência clara dessa migração juvenil; os idosos responsáveis pelas terras têm dificuldade em inovar e atender às demandas do mercado, limitando o potencial produtivo. Sem sucessores para herdar e dar continuidade às atividades, o futuro das pequenas propriedades rurais, que desempenham um papel essencial na segurança alimentar e na economia local, é colocado em risco (MOREIRA, SCHLINDWEIN, 2016).

A migração dos jovens causa a masculinização do campo, pois mulheres, geralmente excluídas da sucessão de terras e das atividades agrícolas, tendem a buscar oportunidades urbanas. Isso desequilibra demograficamente o campo e agrava desigualdades de gênero em áreas rurais e urbanas. Além disso, essa migração reduz ocupações no meio rural com menos propriedades cultivadas ou até abandonadas, intensificando o despovoamento das zonas rurais e enfraquecendo suas economias locais. A perda produtiva/diversidade agrícola pode gerar impactos ambientais como degradação do solo e aumento de terrenos improdutivos (HÜBNER, SIMÕES, 2024).

A comunidade do povoado Quilombo apresenta características predominantes de agricultura familiar, baseando-se principalmente no cultivo de macaxeira, maracujá, feijão-de-corda e mandioca. Entretanto, com o advento das novas culturas irrigadas, a utilização de defensivos agrícolas tornou-se comum na comunidade para os plantios diversos como tomate, pimentão, melancia e abóbora. Ao longo dos anos e devido ao envelhecimento populacional localmente observado houve uma redução significativa no número de pessoas envolvidas na preparação manual do solo e nos cultivos manuais; resultado da modernização promovida pelo uso ampliado das máquinas agrícolas que introduziram tratores nas atividades preparatórias do solo.

A análise das condições ambientais das unidades pesquisadas revela um padrão de uso intensivo da terra, caracterizado pela ausência de áreas destinadas à preservação ambiental. Essa realidade decorre do tamanho reduzido dos lotes, que, por serem frequentemente delimitados nos quintais das residências, são integralmente aproveitados para atividades agrícolas ou pastoris. A inexistência de espaços preservados pode acarretar desafios ambientais significativos, como a degradação do solo,

a perda da biodiversidade e a redução da capacidade de regeneração natural da paisagem, uma vez que a vegetação nativa é substituída por cultivos e pastagens.

Com relação à disponibilidade hídrica, o povoado está inserido na zona climática do Agreste, uma região de transição entre os domínios semiárido e úmido, com uma pluviosidade média anual de 1.032 mm (LAGARTO, 2021). Esse regime de chuvas permite o desenvolvimento da agricultura de sequeiro, que depende exclusivamente da precipitação natural para o cultivo de espécies adaptadas às condições edafoclimáticas locais. No entanto, a distribuição irregular das chuvas ao longo do ano pode representar um fator limitante para a estabilidade da produção agrícola, especialmente em períodos de estiagem prolongada.

O abastecimento hídrico da comunidade é garantido por poços artesianos, uma estratégia comum em áreas onde a oferta de água superficial é limitada ou intermitente. A captação de água subterrânea apresenta vantagens como a redução da dependência das chuvas e a garantia de acesso à água ao longo do ano. Entretanto, sem um manejo adequado, a extração contínua pode levar ao rebaixamento do lençol freático e à salinização dos aquíferos, comprometendo a qualidade e a disponibilidade da água para consumo humano, irrigação e dessedentação animal.

A desagrarização total ocorre quando se abandonam as práticas agrícolas devido à falta de sucessores e ao envelhecimento populacional. Famílias sem capital agrícola vendem terras e migram para áreas urbanas, acelerando mudanças demográficas nas zonas rurais dominadas por idosos. Isso impacta profundamente essas comunidades: a migração reduz sua densidade populacional, enfraquece o tecido social local, concentra propriedade fundiária e intensifica a urbanização que marginaliza os remanescentes no campo. A desagrarização transforma regiões afetadas e aumenta desigualdades sociais, criando desafios para o desenvolvimento regional ao ameaçar perder contribuições econômicas das propriedades familiares além dos laços culturais e sociais comunitários (THIES et al., 2022).

A transição da agricultura no Brasil para um modelo mais moderno, chamada de “modernização conservadora”, aumentou a produção agrícola do país. No entanto, trouxe efeitos negativos como exclusão social e altos custos ambientais com novas práticas agrícolas. O progresso tecnológico beneficiou principalmente os grandes produtores rurais e quem tinha recursos financeiros, deixando muitos pequenos agricultores sem esses benefícios. Os impactos sociais foram significativos: trabalhadores rurais perderam espaço devido à

exigência por qualificação técnica ou mecanização que substituiu mão-de-obra tradicional (TONNEAU et al., 2005).

A partir da segunda metade do século XX, foram implementados diversos processos voltados à modernização que inicialmente visavam melhorar a eficiência e produtividade das atividades agrícolas. No entanto, essas mudanças trouxeram consigo consequências menos desejáveis tais como o aumento expressivo da exclusão socioeconômica entre trabalhadores rurais e pequenos produtores, além de terem contribuído substancialmente para a degradação ambiental nas áreas onde essas práticas modernas foram adotadas em larga escala. Essas alterações transformaram profundamente os modos tradicionais de vida no campo e continuam influenciando negativamente tanto na dimensão social quanto ecológica dessas comunidades

vulnerabilizadas pelas novas dinâmicas econômicas globais impostas pela globalização crescente (DALMOLIN, 2014).

Durante os primeiros dez anos, tornou-se claramente visível o crescimento da população local, impulsionado em parte pela participação ativa nos programas de treinamento oferecidos pela Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe - EMDAGRO. Neste período, a comunidade também conseguiu adquirir um trator completo com diversos implementos agrícolas por meio do apoio financeiro fornecido pela Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe - PRONESE. Além disso, foi construída uma casa de farinha que se transformou em uma importante fonte de geração de renda para as mulheres residentes na área e a sede da associação (Figura 2).



Figura 2: Imagem da casa de farinha e sede da associação (OS AUTORES, 2024).

As políticas públicas que têm como objetivo apoiar a agricultura familiar foram implementadas no Brasil em resposta à crescente necessidade de garantir segurança alimentar para sua população. Essas estratégias governamentais desempenham um papel essencial ao promover a produção interna de alimentos, assegurando que os cidadãos tenham acesso suficiente e contínuo a produtos alimentícios saudáveis e nutritivos. Além disso, tais políticas são fundamentais para aumentar substancialmente o nível geral da segurança alimentar em todo o território brasileiro (LEITE, LEITE, 2022).

A junção e colaboração de diversas políticas públicas especificamente direcionadas para o fortalecimento da agricultura familiar têm potencial para estabelecer um modelo significativamente mais eficaz no que se refere ao desenvolvimento rural. Esse esforço coletivo e integrado busca minimizar as disparidades sociais existentes, além de proporcionar uma melhoria nas economias locais. Ao incentivar esse tipo de iniciativa conjunta entre diferentes setores governamentais e comunidades rurais, cria-se assim um ambiente muito mais favorável aos agricultores familiares, promovendo condições

sustentáveis e equitativas de crescimento econômico nessas áreas específicas (DIAS, OLIVEIRA, 2019).

No entanto, à medida que o tempo passou e diferentes desafios surgiram no horizonte econômico-social da região, a descontinuidade das políticas públicas na comunidade não conseguiu sustentar as operações necessárias para manter a casa de farinha funcionando efetivamente. Atualmente, essa instalação encontra-se desativada devido às dificuldades enfrentadas ao longo dos últimos períodos administrativos e sociais vividos pelos membros comunitários envolvidos.

O encerramento das atividades da casa de farinha representou um marco de ruptura na dinâmica econômica local, impactando diretamente a fonte de renda e a autonomia financeira das mulheres que ali trabalhavam. Esse colapso econômico evidencia a fragilidade das atividades produtivas tradicionais diante das transformações socioeconômicas e da falta de políticas de suporte à economia local. Com o fechamento da unidade coletiva, as trabalhadoras se viram forçadas a buscar novas formas de subsistência, seja na diversificação de suas atividades produtivas,

seja no retorno às práticas agrícolas familiares em seus quintais.

Atualmente, a comunidade conta com uma casa de farinha de caráter particular, na qual algumas mulheres ainda encontram oportunidades de trabalho. No entanto, a absorção da mão de obra é significativamente menor em comparação com a antiga estrutura comunitária, evidenciando uma redução na participação feminina no processamento da mandioca e, conseqüentemente, na geração de renda autônoma. Além disso, observa-se que apenas um número reduzido de mulheres (entre três e quatro) se dedicam à costura como alternativa produtiva, o que sugere que essa atividade não se consolidou como uma solução viável para a maioria das afetadas pela desativação da casa de farinha.

Esse cenário revela desafios estruturais relacionados à vulnerabilidade econômica das mulheres no meio rural, cuja inserção produtiva depende, em grande parte, de atividades artesanais ou agrícolas de pequena escala, frequentemente marcadas pela informalidade e pela falta de acesso a políticas de crédito, capacitação e suporte técnico. A descontinuidade da casa de farinha reflete não apenas a dificuldade de manutenção de empreendimentos comunitários no contexto rural, mas também a ausência de estratégias que promovam a resiliência econômica e a diversificação produtiva como instrumentos de fortalecimento da autonomia feminina e do desenvolvimento territorial.

O conceito de "inclusão produtiva", que orienta muitas políticas públicas, frequentemente não é claramente definido e não reflete as práticas e ideias dos mediadores sociais envolvidos. Isso gera incoerências na formulação e execução das políticas, resultando em baixa efetividade. A descontinuidade das políticas públicas compromete o alcance dos objetivos de inclusão produtiva, segurança alimentar e desenvolvimento sustentável para a agricultura familiar no Brasil. A falta de articulação, a extinção de programas e instituições, além da redução de recursos impactam negativamente os agricultores familiares e as comunidades rurais (SOUSA, 2022).

Embora tenha havido avanços nas políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, os desafios permanecem. Isso inclui a necessidade de melhor acesso a recursos como terra, crédito e assistência técnica, que são cruciais para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar (DIAS, OLIVEIRA, 2019).

A interrupção das políticas públicas não só compromete a eficácia de programas anteriormente estabelecidos e já consolidados, como também impede que se alcance um alinhamento adequado entre o aumento da produção agrícola e a garantia do acesso universal à segurança alimentar (FERNANDES, GUERRA, 2023).

A descontinuidade das políticas públicas para qualificação profissional e apoio à agricultura familiar tem gerado retrocesso socioeconômico nas áreas rurais. Programas essenciais para desenvolvimento sustentável e inclusão social foram interrompidos, deixando lacunas no suporte aos agricultores familiares. Isso reflete uma falta de prioridade governamental devido a mudanças políticas e econômicas. A ausência de estratégias consistentes prejudica os avanços em educação e formação profissional, reduzindo a capacidade dos agricultores de se adaptarem às demandas do mercado e inovações tecnológicas, aumentando assim sua vulnerabilidade frente às pressões externas e desigualdades do setor agrícola (ALVES et al., 2023).

A assistência técnica e a extensão rural, enfrentam uma série de desafios estruturais significativos que precisam ser abordados para melhorar sua eficácia. Entre esses diversos desafios, destaca-se como um dos principais obstáculos a questão da baixa continuidade nos serviços prestados aos agricultores familiares. Esse problema é amplamente causado pela natureza temporária dos contratos firmados através das Chamadas Públicas. Devido à estrutura desses acordos contratuais transitórios, os pequenos produtores rurais não conseguem acessar um suporte técnico contínuo ao longo do tempo. Essa falta de sustentação permanente compromete seriamente a efetividade das medidas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável. Além disso, essa descontinuidade no atendimento implica na impossibilidade de realizar acompanhamentos mais prolongados e consistentes nas práticas agrícolas adotadas por estes agricultores. Isso acaba dificultando significativamente tanto a implantação quanto o sucesso duradouro de estratégias inovadoras e sustentáveis dentro do setor agropecuário como um todo (SILVA, CAPORAL, 2016).

## CONCLUSÃO

Conclui-se de que os agricultores da comunidade rural do Povoado Quilombo, localizado no município de Lagarto - SE, experimentaram um período significativo de crescimento e acumulação patrimonial. Este progresso foi alcançado em grande parte devido ao fortalecimento das práticas associativistas enquanto essas eram incentivadas como política dentro da própria comunidade.

No entanto, com o passar do tempo e o aumento considerável na taxa de envelhecimento entre a população local, tanto as atividades agrícolas quanto aquelas relacionadas ao associativismo começaram a manifestar sinais evidentes de declínio. Atualmente, muitos dos agricultores continuam engajados nas suas atividades essencialmente porque tal envolvimento serve como uma prova documental necessária nos

processos legais relacionados aos pedidos para obtenção da aposentadoria rural.

De forma geral, pode-se observar que há um nível mediano no desenvolvimento agrícola na região; este fato ocorre principalmente pela dedicação daqueles chefes familiares ainda ativos nesse setor produtivo. Entretanto, a ausência ou insuficiência clara por parte das políticas públicas específicas voltadas às necessidades locais combinada com incentivos quase inexistentes tem desgastado sobremaneira grupos organizativos solidários no campo.

A interrupção e a falta de continuidade em políticas públicas que são consideradas essenciais desempenham um papel significativo no processo pelo qual ocorre a perda tanto da sustentabilidade quanto da identidade cultural ou tradicional de uma determinada comunidade. Esta descontinuidade contribui diretamente para ampliar os níveis de exclusão social dos indivíduos pertencentes ao grupo, além do enfraquecimento das estruturas sociais e coletivas dessa mesma comunidade.

Conseqüentemente, isso leva muitos jovens promissores a se afastarem das atividades rurais e promove uma migração para os centros urbanos em busca de qualificação e empregos desvinculados da agricultura. Este fenômeno é preocupante, pois resulta no envelhecimento da comunidade rural local e apresenta o risco do processo de aculturação ocorrer, uma vez que toda cultura territorial tende a ser esquecida pelos próprios jovens locais.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, R. M.; SANTOS, J. J. T. dos.; DOURADO, T. F.; VIEIRA, D. D.; DUARTE, F. R.; OLIVEIRA, L. M. S. R. S. de.; SANTOS, M. H. P. dos. Categorização da agricultura familiar nas políticas públicas de profissionalização no Brasil. **OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA**, v. 21, n. 12, p. 24640–24658, 9 dez. 2023.
- CARMO, M. S.; COMITRE, V. A visão sistêmica na avaliação sócio-ambiental de assentamentos rurais. In: BERGAMASCO, S. M. P. P.; OLIVEIRA, J. T. A.; ESQUERDO, V. F. S. (Ed.). **Assentamentos rurais no século XXI: temas recorrentes**. Campinas: FEAGRI/UNICAMP; São Paulo: INCRA, 2011. p. 435-452.
- CONEJERO, M. A.; ALVES, M. DE A. R.; LIMA, S. C. DE. Uma Análise dos Fatores Críticos de Sucesso dos Negócios de Impacto Socioambiental aplicados ao Agronegócio: Um estudo multicase. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, p. e107973616, 29 abr. 2020.
- DALLABRIDA, V. R.; TABASCO, J. J. P.; PULPÓN, Á. R. R. Agricultura familiar, organização de produtores e desenvolvimento territorial: oportunidades e ameaças em experiências agroalimentares no Estado de Santa Catarina (Brasil). **Redes**, v. 23, n. 2, p. 135, 15 maio 2018.
- DALMOLIN, G. J. MICROBACIAS II - UM OLHAR SOBRE TRÊS PROJETOS NO MUNICÍPIO DE DESCANSO. **Revista Acta Ambiental Catarinense**, v. 7, p. 23–52, 31 maio 2014.
- DIAS, T. F.; OLIVEIRA, E. F. DE. Agricultura Familiar, Políticas Públicas e Mercados Institucionais: uma Análise Exploratória do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE no Rio Grande do Norte. **HOLOS**, v. 5, p. 1–19, 24 dez. 2019.
- FERNANDES, B. C.; GUERRA, L. D. S. Insegurança alimentar e nutricional no Brasil. **JMPHC | Journal of Management & Primary Health Care** | ISSN 2179-6750, v. 15, n. spec, p. e003, 31 ago. 2023.
- GIL, A. C. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 1. ed. – Barueri [SP] :Atlas, 2021.
- HÜBNER, R.; SIMÕES, W. Migração campo/cidade da juventude e os (des)caminhos para a sucessão na agricultura familiar da Região Geográfica Imediata de Chapecó-SC. **Terr@ Plural**, v. 18, p. e2420777–e2420777, 1 jan. 2024.
- LAGARTO. **Geografia**. Prefeitura Municipal de Lagarto, 2021. Disponível em: <https://lagarto.se.gov.br/geografia/#:~:text=Sua%20temperatura%20m%C3%A9dia%20anual%20%C3%A9,em%20maio%2C%20junho%20e%20julho>. Acesso em: 12 fev. 2025.
- LEITE, M. L. DOS S.; LEITE, J. F. (In)segurança alimentar e agricultura familiar: políticas públicas como estratégia de superação da fome. **Revista Katálysis**, v. 25, n. 3, p. 528–538, dez. 2022.
- MARASCIN, A. F. **As relações entre produtores de leite e cooperativas: um estudo de caso na bacia leiteira de Santa Rosa, RS**, 2004. 145 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- MOREIRA, F. G.; SCHLINDWEIN, M. M. SUCESSÃO DA GESTÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO SANTA OLGA NO MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA EM MATO GROSSO DO SUL/Succession management in family agriculture: a case study in the settlement Santa Olga in Nova Andradina in Mato. **REVISTA NERA**, n. 29, p. 151–173, 5 fev. 2016.
- NEVES, D. P. O associativismo e imposição do agricultor solidário. In: BERGAMASCO, S.M.P.P.; OLIVEIRA, J.T.A.; ESQUERDO, V.F. S. (Orgs.) **Assentamentos rurais no século XXI: temas recorrentes**. Campinas: FEAGRI/UNICAMP/INCRA-SP, 2011, p.115-144.
- RAMOS, É. B. T.; VIEIRA FILHO, J. E. R. Desenvolvimento regional da agricultura familiar: Cooperativismo e associativismo. **Revista Brasileira de Economia**, v. 77, p. e052023, 28 abr. 2023.

- SANGALLI, Adriana Rita et al. Associativismo na agricultura familiar: contribuições para o estudo do desenvolvimento no assentamento rural lagoa grande, em dourados (MS), BRASIL. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, n. 2, p. 225-238, 2015.
- SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. UFSC, Florianópolis, 4a. edição, p. 123, 2005.
- SILVA, T. C. DA; CAPORAL, F. R. Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural em Alagoas-Brasil: contribuições ou descontinuidade? **Extensão Rural**, v. 23, n. 2, p. 7, 4 set. 2016.
- SOUSA, D. N. de. Políticas públicas de inclusão produtiva de agricultores familiares: entre continuidades e descontinuidades na agenda política brasileira. **Mundo Agrário**, [S. l.], v. 22, n. 51, p. e179, 2022. DOI: 10.24215/15155994e179. Disponível em: <https://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/mae179>. Acesso em: 6 jan. 2025.
- THIES, V. F.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, E. P. Trajetórias da agricultura familiar e desenvolvimento regional. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 12, p. 58–73, 4 mar. 2022.
- TONNEAU, J. P.; AQUINO, J. R.; TEIXEIRA, O. A. MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E EXCLUSÃO SOCIAL: O DILEMA DAS POLÍTICAS AGRÍCOLAS. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 22, n. 1, p. 67–82, 1 jan. 2005.
- YIN, Robert K. **Estudo de caso**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. E-book. ISBN 9788582602324. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582602324/>. Acesso em: 04 jan. 2025.